

# Parlamentares evitam cortar gastos do orçamento da União

por Marcos Magalhães  
de Brasília

No primeiro ano da retomada da prerrogativa de alterar o projeto de orçamento da União, os parlamentares têm-se revelado, até aqui, muito generosos com os gastos públicos. Nos principais relatórios setoriais encaminhados ontem à secretaria da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, os deputados e senadores encarregados de analisar 38 seções do orçamento aderiram ao caminho mais fácil: manter ou aumentar as dotações do setor analisado.

Nos próximos dez dias, caberá ao relator-geral da comissão, o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), a tarefa de compatibilizar propostas que tendem a captar mais recursos para si em cima das dotações previstas para as demais. O trabalho será ainda dificultado pela anunciada intenção do governo de promover cortes mais profundos no orçamento, a fim de deixar o déficit público mais pró-

ximo de zero. Gabriel terá de ser muito mais seletivo na alocação de verbas públicas do que os seus colegas da comissão de orçamento.

O deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), por exemplo, solicita, em seu relatório, a complementação de CZ\$ 350 bilhões ao Ministério dos Transportes, cujo orçamento previsto não ultrapassa os CZ\$ 265 bilhões, em valores de junho. Ele deseja reforçar o caixa do DNER com CZ\$ 150 bilhões, além de destinar CZ\$ 65 bilhões à CBTU; CZ\$ 15 bilhões à EBTU; CZ\$ 65 bilhões à Portobrás e CZ\$ 25 bilhões à Rede Ferroviária Federal S.A.

## “ESSENCIAL PARA A POPULAÇÃO”

“O meu espírito, ao analisar o orçamento, era buscar o que era essencial à população”, disse ontem Vasconcelos. O deputado incluiu, entre essas prioridades, a manutenção do funcionamento dos trens suburbanos e a recuperação de rodovias federais.

Mas também beneficiou um projeto polêmico, como a ferrovia Norte-Sul, e criou uma dotação não prevista para a Ferrovia Transnordestina.

Além dos CZ\$ 14 bilhões alocados no projeto de orçamento para a Norte-Sul, suficientes para a construção de 80 quilômetros da ferrovia, Vasconcelos recomenda, em seu relatório, a injeção de mais CZ\$ 17,5 bilhões.

Com isso, ele pretende estender a estrada de Imperatriz (MA) até Estreito, na fronteira do novo Estado de Tocantins com o Maranhão, além de permitir a construção de uma ponte de 1,1 mil metros sobre o rio Tocantins. Mais CZ\$ 10 bilhões são destinados à construção da Transnordestina, uma ferrovia que pretende integrar o Nordeste à Norte-Sul.

O relator da seção sobre as operações oficiais de crédito, deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), apedeu-se, por sua vez, aos rendimentos dos governadores, e recomendou a rolagem, por parte da União, de 90%

das dívidas externas dos estados. Utilizou-se, para isso, de uma emenda apresentada pelo deputado Hélio Rosas (PMDB-SP), que transfere da reserva de contingência para o refinanciamento de dívidas externas CZ\$ 62 bilhões. Essa quantia — equivalente a US\$ 348 milhões — significa o que a União terão de desembolsar a mais para rolar 90% — e não 75%, como prega o projeto — dos compromissos dos estados, municípios e suas estatais.

Outro programa considerado de prioridade duvidosa — o desenvolvimento de Tecnologia Nuclear Autônoma, antes chamado de “Programa Nuclear Paralelo” — também deve ter garantida sua dotação de CZ\$ 65 bilhões, caso prevaleça a visão do deputado Délio Braz (PMDB-GO), relator da seção da Presidência da República. “Ficamos impressionados com a tecnologia de ponta desenvolvida por brasileiros que enfrentam restrições dos países integrantes do Clube Atômico”, justificou.